

O debate sobre (novo)desenvolvimentismo brasileiro: uma análise dos artigos publicados em *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados e Revista de Economia Política* (2003-2013)

Vinicius de Lara Ribas*

Resumo

O trabalho analisa três importantes periódicos brasileiros da área da ciência política (*Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados e Revista de Economia Política*) observando os artigos publicados entre 2003 a 2013 que tratam a temática da retomada da agenda desenvolvimentista (ou “neodesenvolvimentismo”) na formulação de políticas públicas no Brasil após os anos 1990, conhecidos como “década neoliberal”. Para isso, selecionamos três revistas expressivas no debate acadêmico nacional e examinamos: (1) a quantidade de artigos ligados à temática, ao longo dos dez anos em que ela está em vigor; (2) os trabalhos nelas ligados ao desenvolvimentismo e a retomada dessa política; Como resultados principais, observamos que o debate é capitaneado em maior grau por economistas, bem como o escopo teórico provém da teoria econômica, o que necessita, portanto, de um espaço de discussão que reúna tanto elementos da ciência política quanto da teoria econômica.

Palavras-chave

Neodesenvolvimentismo. Periódicos científicos. Estado de bem-estar no Brasil.

Abstract

This work analyzes three important Brazilian Political Science journals (*Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados and Revista de Economia Política*), observing the articles published from 2003 until 2013, which address the issue of resuming the development agenda (or “neo-developmentalism”) in the formulation of public policies in Brazil after the 1990's, known as "neoliberal decade". We have selected three significant journals in the national academic debate and examined the following: (1) The number of articles related to the theme over the ten years which it has been in Brazilian politics; (2) Articles linked to developmentalism and

* Vinicius de Lara Ribas é Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: viniciusdeklararibas@gmail.com.

the resuming of the policy. As main results, we have observed that the debate is headed to a greater extent by economists, since the theoretical scope comes from the economic theory, which therefore needs a space for discussion that brings together both the political science as well as the elements of economic theory.

Keywords

New-developmentalism. Scientific journals. Welfare State in Brazil.

Introdução

O termo “desenvolvimentismo”, cunhado para explicar a intervenção do Estado na economia, particularmente no contexto latino-americano, entrou em voga a partir dos estudos provenientes do grupo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), institucionalizada nos anos 1950 e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, o debate foi inaugurado por Celso Furtado (1965; 1964 [1959]; 1961) e representava a busca por mudanças significativas na sociedade brasileira, em que os “cepalinos” (grupo de intelectuais ligados à CEPAL) consideravam ser o Estado o responsável pela industrialização, a fim de superar a miséria, pois o mercado e as classes hegemônicas economicamente no Brasil – vinculadas aos interesses agrários –, não haviam produzido tal efeito.

Pedro Fonseca *et al.* (2013) define o termo como “um conjunto de ideias e de práticas efetivas dos governantes, o qual sugere estar permeado por uma lógica que se expressa como um projeto de nação”, nesse sentido, “a política econômica governamental não é errática nem apenas reativa aos ciclos ou às flutuações inerentes à conjuntura, mas formulada em consonância a uma pretensão de interferência em seu curso, em busca de uma trajetória previamente definida” (FONSECA *et al.*, 2013, p. 411). A trajetória nacional-desenvolvimentista brasileira, como abordará a seção seguinte deste texto, iniciou-se nos anos 1930 e encerrou-se no fim da década de 80, com o colapso das políticas gestadas pelos governos militares e o retorno às políticas econômicas ortodoxas.

Os anos 1990 marcaram o fim do “período desenvolvimentista” no Brasil, logo em seguida ao término da Guerra Fria, período que sofreu influência das políticas do Consenso de Washington e do colapso de um mundo baseado “no equilíbrio bipolar de duas potências antagônicas

(URSS e EUA), no padrão internacional do dólar, na intervenção estatal no mercado e no Estado de orientação socialdemocrata no primeiro mundo e desenvolvimentista na periferia do capitalismo” (MORAES, 2009; p. 01). Dessa forma, a conjuntura apontava para o poder incontestado dos Estados Unidos (EUA), que exportaram uma receita de desenvolvimento econômico cujo cerne está no desmantelamento do Estado, eliminando a ideia deste como o promotor de políticas públicas que visam ao desenvolvimento de capacidades humanas (SEN, 1999) e a melhora na qualidade de vida da população. Assim sendo, relegou-se ao mercado uma força antes reservada ao Estado, que passou a ser continuamente enfraquecido.

Portanto, o desenvolvimentismo no Brasil, inaugurado nos anos 1930 e com força dos anos 1950 à década de 1970, encerrou-se ao longo da “década neoliberal”, os anos 1990. No entanto, após a conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a literatura aponta para uma retomada de uma agenda desenvolvimentista por parte do Estado brasileiro, conhecida, segundo alguns analistas, como “novo desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo”.

Os autores defendem que o período Lula (2003-2011) constitui-se em um retorno, em alguns aspectos (dentro dos quais está o campo social), da política varguista, buscando reformar o capitalismo brasileiro e empoderando o Estado frente ao mercado (SINGER, 2012). Esse retorno encontra suporte na literatura, que entende o governo Lula como neodesenvolvimentista, com ênfase nas políticas sociais. A diferença entre os dois períodos – Vargas e Lula – se dá no papel da sociedade civil no processo desenvolvimentista. A política capitaneada por Vargas e seus posteriores, desde 1930 até os anos 80, sobreviveu em regimes de exceção (1937-45 e 1964-85) e no regime democrático (1946-1964). A política capitaneada por Lula, embora tenha suas bases na política varguista no tocante ao campo social, busca ampliar o diálogo entre sociedade civil e Estado (BOSCHI, 2010), preocupação inexistente no modelo anterior.

Este trabalho se propõe a analisar em três periódicos qualificados como A1/A2 (o que corresponde a alto padrão internacional das publicações) na área de ciência política, sendo eles *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Revista de Economia Política*, o caráter e a quantidade de artigos publicados sobre a temática “desenvolvimentismo” e/ou “neodesenvolvimentismo” no Brasil, entre os anos 2003 a 2013. Isto porque, como salientado anteriormente, a literatura aponta para uma retomada de políticas desenvolvimentistas a partir do governo Lula, iniciado em janeiro de 2003.

Como pressuposto principal, buscaremos testar se este tema, uma intersecção entre economia e ciência política, é mais presente nas revistas eminentemente de ciência política ou ciências sociais, como *Dados* e *RBCS*, ou se o debate busca elementos e explicações ligadas tanto à ciência política quanto à economia, o que em nossos casos fica representado pela *Revista de Economia Política*, qualificada como A2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O artigo divide-se em quatro partes: rapidamente, contextualizamos o debate sobre Estado desenvolvimentista no Brasil, desde suas origens, passando pelo momento de ruptura com o mesmo, durante o período neoliberal, até sua retomada, sob a insígnia do “neodesenvolvimentismo”, a partir do governo Lula. Em seguida, expomos a metodologia para a seleção dos periódicos que foram analisados, bem como os artigos ligados à temática para, então, na terceira parte, analisar as contribuições dos trabalhos para o debate. A quarta parte é dedicada às considerações finais.

Desenvolvimentismo no Brasil em Perspectiva Histórica

O início do período desenvolvimentista brasileiro se dá sob a égide do governo de Getúlio Vargas. Após o golpe de 1930, também conhecido como “Revolução de 1930”, no qual Vargas assume provisoriamente o poder (condição que duraria até 1934, quando seria eleito Presidente via Congresso Nacional), lançam-se as bases de um Estado promotor de políticas e forte frente aos avanços do mercado, bem como industrializante.

Essas condições foram facilitadas com um cenário de autoritarismo, inaugurado por Vargas a partir do golpe de 1937, período que durou até 1945 e ficou conhecido como Estado Novo. Neste período, acelerou-se de forma considerável a industrialização brasileira, o que mudou os contornos urbanos do país: as cidades começaram a ser mais atrativas do que o campo, pois o trabalho fabril começava a se institucionalizar. A partir disso, passa a existir também uma nova correlação de classes, em que os operários ganham força política (DINIZ, 1996) e, com a queda da ditadura do Estado Novo, se veem representados por dois partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo registro foi cassado em 1948, e PTB, essencialmente urbano e operário, criado por Vargas como um anteparo ao avanço do PCB (DELGADO, 1989).

Ao longo do primeiro período democrático brasileiro, de 1946 a 1964, o desenvolvimentismo esteve sempre em voga. Para Edson Nunes (2003),

o presidente que melhor soube aliar a política desenvolvimentista com estabilidade política foi Juscelino Kubitschek, responsável pelo “plano de metas”, um conjunto de medidas cujo Estado era o indutor central do desenvolvimento. O golpe militar de 1964 não afetou, entretanto, a política desenvolvimentista por parte do Estado, que continuou investindo em obras de infraestrutura, ainda que com vícios formalistas, em que casos de desvio de recurso eram ocultados pela censura à imprensa e repressão contra a sociedade civil. No entanto, o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares – cujo ponto auge foi o período conhecido como “milagre econômico”, em que o Brasil alcançou taxas de crescimento elevadas – começou a ruir definitivamente nos anos 1980, ocorrendo com isso a substituição do nacional-desenvolvimentismo para as políticas ligadas à economia ortodoxa (BRESSER-PEREIRA, 2011). Com uma conjuntura mundial que acenava também ao retorno de políticas ortodoxas e de corte neoliberal, o Brasil dos anos 1990 ficou marcado pelo enxugamento e enfraquecimento do Estado perante o mercado, tendo em vista uma série de privatizações de estatais e a precarização de serviços públicos.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) representaria o retorno ao modelo neodesenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2004), em que as políticas sociais são muito parecidas com as políticas desenvolvidas nos governos de Getúlio Vargas (SINGER, 2012). Mesmo depois do período neoliberal e desmonte do Estado provocado pelo seu enxugamento, as instituições conseguem promover a retomada do desenvolvimentismo.

As próximas sessões avaliam como essa retomada do nacional-desenvolvimentismo foi interpretada em três periódicos nacionais ligados à ciência política, bem como o avanço e expoentes do debate, levando em conta o primeiro ano do governo do PT até 2013.

Método de Seleção dos Periódicos e Artigos

A seleção dos casos para análise, no presente trabalho, se deu da seguinte forma: inicialmente, separaram-se os periódicos nacionais da área de Ciência Política e Relações Internacionais que mantinham o Conceito Qualis/CAPES atualizado em A1, representando, com isso, alto padrão de qualidade nos artigos publicados. Nessa primeira etapa, foram selecionados os seguintes periódicos: *Brazilian Review of Social Sciences*, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, *Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* e *Revista Brasileira*

de *Política Internacional*. Incluímos no grupo, dada a proximidade da temática com a economia, o periódico classificado como A2 na CP&RI, *Revista de Economia Política*.

Em seguida, realizou-se uma triagem nos periódicos, a fim de verificar os anos em que se iniciaram as publicações e seu caráter temático na área de Ciência Política. Nesse momento, excluíram-se os periódicos *Brazilian Review of Social Sciences*, cuja publicação de dois números apenas ocorreu entre 2000 e 2002; *Opinião Pública*, dada a temática de nenhum artigo, para o período estudado, referir-se ao desenvolvimentismo brasileiro ou na América Latina. Os trabalhos mais próximos, na *Opinião Pública*, ligados aos programas sociais analisavam a ótica do eleitor e o impacto desses nas eleições presidenciais e a formação de agenda de campanha (CASTRO *et al.*, 2009; LICIO; CASTRO, 2009; BIROLI; MANTOVANI, 2010; KERBAUY, 2011) não se enquadrando, por isso, para o estudo aqui realizado. Por fim, excluiu-se também a *Revista Brasileira de Política Internacional*, ligada às Relações Internacionais. Para a análise de artigos, foram selecionados, portanto, os seguintes periódicos: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Revista de Economia Política*.

Dados, fundada em 1966, era uma revista do Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), ligado à Universidade Cândido Mendes (UCAM) no início do período aqui pesquisado (2003). Em 2009, com a saída do corpo docente do IUPERJ e a criação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a revista também migrou para a “nova casa”. A mudança, entretanto, não alterou de forma significativa o corpo editorial e as temáticas publicadas. Sua periodização é bimestral, publicando quatro números ao ano. Em abril de 1997, passou a ser publicada no portal *SciELO/Brasil*. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais* é editada, desde a sua fundação, em 1986, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). *RBCS* publica artigos ligados às Ciências Sociais e tem periodização trimestral, publicando três números ao ano. Em 1998, foi admitida à coleção *SciELO/Brasil*. Por fim, a *Revista de Economia Política* tem por missão “publicar trabalhos sobre teoria econômica e ciência política, teóricos e aplicados, que envolvam Estados e mercado”. Organizada pela Editora 34, sua fundação ocorreu em 1981 e atualmente é editada por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Apresenta quatro números por ano e, em 2005, foi admitida à coleção *SciELO/Brasil*.

Ao longo da série aqui estudada, 2003 a 2013, a quantidade de

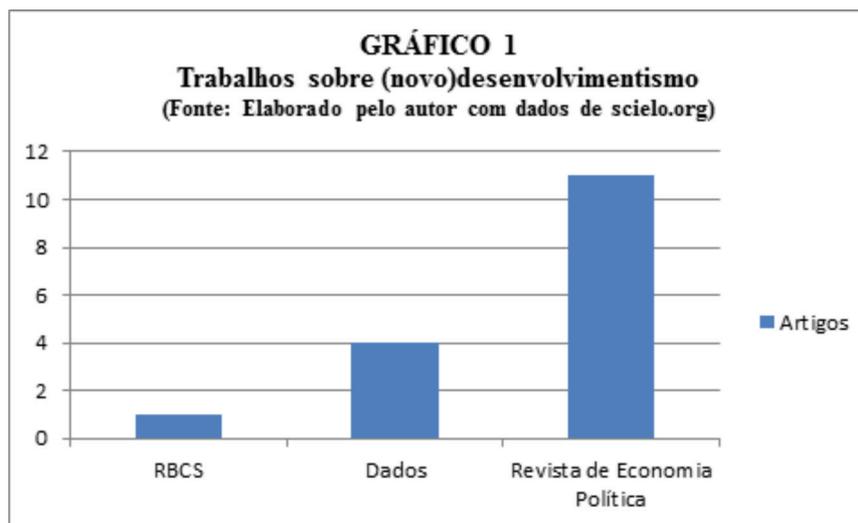
artigos publicados¹ nas revistas, bem como os de algum modo ligados ao desenvolvimentismo, é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos publicados em *Dados*, *RBCS* e *Revista de Economia Política* (2003-2013)

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
Dados	Artigos	25	24	24	26	26	30	28	27	25	30	30	295	
	Desenvolvimentismo e temas próximos	0	2	2	0	1	0	3	1	7	1	3	20	6,77%
RBCS	Artigos	28	27	26	26	34	32	26	26	33	31	37	236	
	Desenvolvimentismo e temas próximos	2	0	1	1	1	0	1	0	2	0	1	09	3,81%
Revista de Economia Política	Artigos	37	39	25	33	36	34	40	37	58	37	40	416	
	Desenvolvimentismo e temas próximos	2	4	0	5	2	1	5	3	5	4	5	36	8,65%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em <http://www.scielo.com/> e <http://www.rep.org.br/>. Todos os artigos selecionados que tratam de alguma forma da temática "desenvolvimentismo e temas próximos" estão expostos na primeira parte da seção de referências deste trabalho.

Dentre os selecionados, há artigos próximos à temática desenvolvimentista, sobretudo os que analisam políticas públicas que promovem o desenvolvimento das capacidades humanas. Os artigos que tratam exclusivamente do tema, são representados de forma quantitativa no Gráfico 1.



¹ Ficam excluídas, da análise, as resenhas, notas de pesquisa, homenagens a falecimentos de intelectuais, conferências e demais textos apresentados que não correspondam ao formato "artigo inédito em periódico científico".

Pode-se perceber, de início, o protagonismo da *Revista de Economia Política* diante das demais no que se relaciona aos estudos sobre novo desenvolvimentismo no Brasil. Isso indica uma forte intersecção do tema entre a economia e a ciência política, visto que a revista publica artigos das duas áreas em igual medida.

Os trabalhos que versam sobre a temática do desenvolvimentismo nos três periódicos estão descritos, em ideias gerais e resultados principais alcançados, e são apresentados na próxima seção do texto. Para fins de análise, seguimos a ordem cronológica de publicação, com início em 2003 e término em 2013, a fim de verificar com isso a evolução do debate nos periódicos nacionais.

Dados, RBCS e Revista de Economia Política e o Desenvolvimentismo

Em 2003, primeiro ano de governo Lula, Dados não publicou artigos referentes ao tema do desenvolvimentismo brasileiro. RBCS apresentou um artigo e *Revista de Economia Política* publicou dois artigos referentes ao tema. O artigo Diniz e Boschi (2003), publicado na RBCS trata, sobretudo, do empresariado e suas estratégias para o desenvolvimento. Esse trabalho, no entanto, é anterior ao governo Lula (apresentado em outubro de 2002) e buscava avaliar o impacto das reformas orientadas ao mercado – bem como o desmonte das políticas desenvolvimentistas – no empresariado nacional. O trabalho propôs, ainda que timidamente, a retomada da agenda desenvolvimentista por parte do governo Lula, apontando “mudanças importantes em curso no que diz respeito aos rumos do capitalismo no país e sua inserção na nova ordem internacional” (DINIZ; BOSCHI, 2003: 29).

Na Revista de *Economia Política*, o trabalho de Paulani (2003) analisa de forma geral a política econômica do novo governo, comandado por Lula. Suas afirmações discorrem sobre um movimento “inequivocadamente neoliberal” do Partido dos Trabalhadores, que antes era crítico a essa postura. Seu trabalho, dado o momento em que foi escrito (primeiro ano do governo), não se constituiu como uma referência ao debate nacional sobre a temática, que passaria a se desenvolver a partir de 2006.

Na Revista *Dados*, os artigos ligados ao desenvolvimentismo ficaram a cargo de Celia Lessa Kerstenetzky (2009; 2011; 2012) e Eli Diniz (2011). Kerstenetzky se constituiu como uma das principais intérpretes no Brasil do economista Amartya Sen, ligado à tradição de desenvolvimento como o motor

de diminuição das desigualdades, promotor do desenvolvimento humano e expansão das capacidades multidimensionais dos indivíduos (SEN, 1999; 2001). Em 2000, a autora publicou um longo ensaio interpretando as ideias de Sen para as realidades desiguais, sobretudo visando à redução da pobreza (KERSTENETZKY, 2000).

A partir de 2009, levando em conta as contribuições teóricas de Sen para o desenvolvimentismo, Kerstenetzky publicou o trabalho “Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família”, no qual conclui que o Programa Bolsa Família, implementado em janeiro de 2004, é uma política de desenvolvimento que aumenta tanto o bem-estar quanto as capacitações individuais, buscando romper com ciclos de pobreza e desigualdade, ou seja, em concordância com a teoria de desenvolvimentismo não apenas econômico, mas também social (KERSTENETZKY, 2009).

Em 2011 e 2012, *Dados* publicou mais dois artigos de Célia Lessa Kerstenetzky. Os dois trabalhos problematizaram o *welfare state* e desenvolvimento no Brasil, não se atentando a nenhuma política social específica (como ocorreu em 2009, com Bolsa Família). Para a autora, conciliar desenvolvimento com distribuição de renda é o essencial no Estado brasileiro, entendendo isso em que a “forma teórica de conciliação é a perspectiva do ‘desenvolvimento social’” (KERSTENETZKY, 2011; p.151).

Em seu trabalho mais recente publicado na revista, a autora debate a questão da crise econômica e como isso afetaria de alguma forma a manutenção do Estado de bem-estar social que vinha se construindo desde a primeira metade da década de 2000, concluindo que

“de fato, em nenhum dos sentidos apresentados [...] pode o período contemporâneo ser inequivocamente caracterizado como uma crise, tendo-se em mente os vários indicadores de gasto social, que seguiram crescendo nas décadas de redução da atividade econômica a um ritmo superior ao do crescimento do produto” (KERSTENETZKY, 2012; p.474).

O outro trabalho sobre desenvolvimentismo publicado, em *Dados*, foi de autoria de Eli Diniz (2011). A autora analisa o debate internacional acerca da temática desenvolvimentista, avaliando a congruência de fatores externos e internos nos Estados latino-americanos que propiciaram o retorno ao debate sobre alternativas ao desenvolvimento. Para Diniz, a primeira década dos anos 2000 notabilizou-se pelo fortalecimento das críticas ao modelo que foi implementado ao longo dos anos 1990, de cunho neoliberal e cuja base se funda no Consenso de Washington.

A autora defende ainda, na mesma perspectiva de Celia Kerstenetzky, a contribuição de Amartya Sen ao debate sobre desenvolvimentismo, sobretudo em seus dois livros *Sobre Ética e Economia* (1999) e *Desenvolvimento como Liberdade* (2002). A grande contribuição de Sen envolve a ideia de desenvolvimento econômico como o motor do desenvolvimento e das capacidades humanas.

A *Revista de Economia Política*, entre as três aqui analisadas, foi a que mais se preocupou com o debate sobre desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina dos anos 2000. A explicação que encontramos para tal fato diz respeito à temática ser um ponto de intersecção entre a economia e a ciência política, mas com interpretações predominantemente economicistas. Em 36 artigos publicados entre 2003-2013 sobre desenvolvimentismo e temas próximos, os mais destacados como um “núcleo do debate” foram os trabalhos de João Magalhães (2006), Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006; 2012), João Siscu, Luiz Fernando de Paula e Renalt Michel (2007), Bresser-Pereira e Luiz Carlos Gala (2010), Fabio Erber (2011), Lécio Morais e Alfredo Saad-Filho (2011), Lauro Mattei (2013) e, por fim, Maria de Lourdes Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013). Outros trabalhos, além dos aqui destacados, poderiam ser citados. Entretanto, entre os 36 selecionados, esses são os que tratam exclusivamente do desenvolvimentismo, alguns em especial problematizando como uma agenda diferente do desenvolvimentismo inaugurado por Getúlio Vargas, portanto denominando-a “neodesenvolvimentismo”.

O trabalho de Magalhães (2006), denominado “Nova estratégia de Desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo”, configura-se como marco inicial de um debate geral acerca da estratégia desenvolvimentista em curso à época, na *Revista de Economia Política*². Isso porque seu trabalho propõe-se a analisar estratégias de longo prazo, nas quais o novo desenvolvimentismo se enquadra. Seu trabalho suscitou, ainda, uma agenda de pesquisa que relaciona globalização com a retomada desenvolvimentista, na medida em que avalia que o mesmo não vem descolado de um “novo modelo de globalização”.

Bresser-Pereira, em 2006, traçou um panorama geral das ideias desenvolvimentistas para o Brasil do século XXI, o que ele denominou “estratégia nacional”, defendendo que o desenvolvimento ocorre por etapas³.

² O artigo, todavia, apresenta teses não inéditas. Trata-se de uma reunião dos principais argumentos publicados pelo autor (MAGALHÃES, 2005) em livro.

³ O autor, em outros trabalhos, desenvolveu a ideia de ciclos na política (BRESSER-PEREIRA, 2011), que se coadunam com as etapas desenvolvimentistas do referido artigo.

No entanto, nesse trabalho, ainda não há a ideia de desenvolvimentismo, que mais tarde se formaria, como motor de capacidades humanas e retomada de Estado de bem-estar social, e sim uma estratégia ao desenvolvimento econômico.

Em 2007, já há bastante clareza, por parte das publicações na *Revista de Economia Política* (diferentemente de *Dados* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*) acerca da estratégia de desenvolvimento em curso, caracterizando-o como “neo-desenvolvimentismo”. Trata-se do trabalho de Sicsú, Paula e Michel (2007), que coloca a nova política do lado oposto às ideias neoliberais, dominantes nos anos 1990. O argumento principal dos autores, para caracterizar a necessidade do momento e uma resposta neodesenvolvimentista, é a construção de um Estado forte que dê sentido e forma a um mercado forte. A dicotomia Estado *versus* mercado, presente no neoliberalismo, não se enquadra, portanto, na lógica neodesenvolvimentista.

Nos anos posteriores, a *Revista de Economia Política* capitaneou, entre os periódicos nacionais, o debate sobre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil, deixando de lado, portanto, os argumentos publicados entre 2003 e 2004 que defendiam o governo Lula como um governo de agenda neoliberal.

Os artigos de Bresser-Pereira se caracterizam por serem eminentemente teóricos e com propostas de análises ao nível macro, não tomando nenhum caso de políticas públicas ou um setor em específico. Seu artigo em conjunto com Paulo Gala (2010) se propõe a analisar a “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, comparando casos latino-americanos com os Estados da Ásia e concluindo que, para o sucesso do país em dinâmicas globalizadas como a atual conjuntura, os Estados devem possuir estratégias nacionais de desenvolvimento. Em trabalho posterior, intitulado “Estratégia Nacional e desenvolvimento”, Bresser-Pereira (2012) retoma um histórico das estratégias desenvolvimentistas dos países, que estão intimamente ligadas ao desenvolvimento econômico dos mesmos.

Os trabalhos de Fabio Erber (2011), Lúcio Morais e Alfredo Saad-Filho (2011) e Lauro Mattei (2013) tratam exclusivamente da temática durante o governo Lula. O primeiro analisou as convenções de desenvolvimento durante o governo, sendo elas a convenção desenvolvimentista e a criação de uma nova convenção, o neodesenvolvimentismo. Durante o governo Lula, salienta Erber, há a coexistência das duas, em oposição principalmente à convenção neoliberal, anterior ao neodesenvolvimentismo. Os artigos de Morais e Saad-Filho (2011) e Mattei (2013) analisam a economia política

durante os dois governos de Lula, sob a argumentação de esse passou de uma fase inicial neoliberal – em que manteve toda a agenda do governo Fernando Henrique Cardoso – para a agenda do novo desenvolvimentismo. Maria de Lourdes Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca (2013) destacaram aspectos conceituais e as raízes teóricas do novo desenvolvimentismo, recuperando o debate dos anos 50, em que “a concepção desenvolvimentista que une antigos e novos defensores tem raízes teóricas comuns” (MOLLO; FONSECA, 2013; p. 223).

Ao longo de 2003 a 2013, a RBCS foi a que menos publicou, entre os periódicos aqui analisados, trabalhos sobre desenvolvimentismo, resumindo-se ao artigo de Diniz e Boschi (2003). *Dados* publicou alguns a mais e, por fim, a *Revista de Economia Política* capitaneou o debate entre os periódicos nacionais bem qualificados da área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Os trabalhos citados ao longo desta seção demonstram uma maior capacidade da *Revista de Economia Política* em promover o debate sobre novo desenvolvimentismo quando comparada a dois periódicos equivalentes, no entanto mais próximos à ciência política e ciências sociais do que a economia. Enquanto *RBCS* apresentou, nos últimos dez anos, apenas um artigo que teorizou sobre desenvolvimento e tipos de capitalismo (BOSCHI; DINIZ, 2003) e *Dados* deu uma contribuição pequena, reservada a duas autoras (KERSTENETZKY, 2009; 2011; 2012; DINIZ, 2011), a *Revista de Economia Política*, sob a editoria de Luiz Carlos Bresser-Pereira, promoveu um amplo debate, tanto teórico como empírico, sobre a temática.

Considerações Finais

O debate sobre desenvolvimentismo no Brasil surgiu em meados do século XX, sobretudo com os trabalhos de Celso Furtado e o grupo ligado à CEPAL. De início, ligado apenas aos economistas, esse debate evoluiu também para a área da ciência política, na medida em que a disciplina se institucionalizava no Brasil, a partir dos anos 1960.

O Estado desenvolvimentista brasileiro tem suas raízes na Revolução de 1930, cujo principal ator foi Getúlio Vargas. No governo de Vargas, iniciou-se a modernização e burocratização do Estado (NUNES, 2003), mesmo em período autoritário, movimento que continuou durante a experiência democrática (1945-64) e na ditadura militar (1964-85). No entanto, durante o governo militar há o colapso do pacto nacional-desenvolvimentista,

responsável pelas políticas de desenvolvimento, e o retorno a políticas ortodoxas e adoção da visão neoliberal para o Estado.

Com a ascensão de Lula à Presidência da República, há um retorno do nacional-desenvolvimentismo. Os periódicos aqui analisados debateram esse retorno, com ênfase, sobretudo, nos aspectos econômicos. Em virtude disso, a *Revista de Economia Política*, que publica tanto artigos de economia quanto de ciência política, e principalmente trabalhos que levam em conta as duas áreas, fica mais evidente frente a *Dados* e *RBCS*, ligadas às ciências sociais.

A interpretação do novo desenvolvimentismo conquista o debate de economistas e cientistas políticos em uma revista que busca intersecções nas áreas, o que não é a proposta de *Dados* e *RBCS*. Portanto, o debate em periódicos nacionais acerca do retorno ao desenvolvimentismo foi capitaneado, sobretudo, pela *Revista de Economia Política*, com contribuições pequenas de outros periódicos. Nesse texto, tanto na análise quantitativa como na análise qualitativa, a *Revista de Economia Política* se destacou, diante das demais, nos trabalhos sobre o retorno do Estado brasileiro ao desenvolvimentismo.

Referências

Artigos de *Dados*, *RBCS* e *Revista de Economia Política*

AMARAL, Ernesto de Lima; MONTEIRO, Vinicius do Prado.

(2013). Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). *Dados*, vol.56, n.3; p. 531-570.

ARBIX, Glauco; SALERNO, Mario Sergio; DE NEGRI, João Alberto.

(2005). O impacto da internacionalização com foco na inovação tecnológica sobre as exportações das firmas brasileiras. *Dados*, vol.48, n.2; p. 395-442.

ASSEBURG, Hans Buenno; GAIGER, Luis Inácio. (2007). A economia solidária diante das desigualdades. *Dados*, vol.50, n.3; p. 499-533.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. (2004). O conceito de desenvolvimento do ISEB re discutido. *Dados*, vol.47, n.1; p. 49-84.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2011). Transição, consolidação democrática e revolução capitalista. *Dados*, vol.54, n.2, pp. 223-258.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. (2010). Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Rev. Econ. Polít.* 2010, vol.30, n.4; p. 663-686.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; (2006). Estratégia nacional e desenvolvimento. *Rev. Econ. Polít.*, vol.26, n.2, p. 203-230.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2005). Capitalismo dos técnicos e democracia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.20, n.59 ; p. 133-148.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.
(2012). Structuralist macroeconomics and the new developmentalism. *Rev. Econ. Polit.*, vol.32, n.3; p. 347-366.
- CARDOSO, Adalberto.
(2012). Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*, vol.53, n.4; p. 775-819.
- COSTA, Frederico Lustosa.
(2009). Relações estado-sociedade no Brasil: representações para uso de reformadores. *Dados*, vol.52, n.1; p. 161-199.
- CUNHA, André Moreira.; FERRARI, Andrés.
(2009). A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo?. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.1; p. 2-23.
- DELGADO, Nelson; LEITE, Sergio Pereira.
(2011). Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Dados*, vol.54, n.2; p. 431-473.
- DINIZ, Eli.
(2011). O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). *Dados*, vol.54, n.4; p. 493-532.
- DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato.
(2003). Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Rev. bras. Ci. Soc.* 2003, vol.18, n.52 ; p. 15-34.
- ERBER, Fábio.
(2011). As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Rev. Econ. Polit.*, vol.31, n.1; p. 31-55.
- GAIGER, Luis Inácio.
(2004). A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, vol.47, n.4; p. 799-834.
- GAIGER, Luis Inácio.
(2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.28, n.82; p. 211-228.
- GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Maria Angelica.
(2006). O Sistema Único de Saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.21, n.61; p. 177-190.
- GOMES, Cleomar; NUNES, Clemens.
(2008). Uma análise da estratégia nacional de desenvolvimento da Malásia. *Rev. Econ. Polit.*, vol.28, n.4; p. 577-594.
- GUIMARAES, Alexandre Queiroz.
(2010). Estado e economia na Coreia do Sul - do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. *Rev. Econ. Polit.*, vol.30, n.1; p. 45-62.
- GUIMARAES, Nadya Araujo.
(2011). O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)?. *Dados*, vol.54, n.4; p. 533-568.
- IORIS, Rafael; IORIS, Antonio.
(2013). Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.3; p. 411-426.
- JAGUARIBE, Helio.
(2006). Atual problema do desenvolvimento brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.21, n.60 ; p. 5-13.
- JARDIM, Maria Aparecida Chaves.
(2009). "Domesticação" e/ou moralização do capitalismo no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão. *Dados*, vol.52, n.1; p. 123-159.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2011). "Welfare state" e desenvolvimento. *Dados*, vol.54, n.1; p. 129-156.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2006). Políticas Sociais: focalização ou universalização?. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.4; p. 564-574.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2009). Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. *Dados*, vol.52, n.1; p. 53-83.

- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2012). Sobre a "crise" do estado de bem-estar: retração, transformação fáustica ou o quê?. *Dados*, 2012, vol.55, n.2; p. 447-485.
- KOHLI, Atul.
(2012). Coping with globalization: Asian versus Latin American strategies of development, 1980-2010. *Rev. Econ. Polit.*, vol.32, n.4; p. 531-556.
- KOHLI, Atul.
(2009). States and Economic Development. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.2; p. 212-227.
- KON, Anita.
(2007). Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. *Rev. Econ. Polit.*, vol.27, n.1; p. 130-146.
- KUGELMAS, Eduardo.
(2007). Revisitando o desenvolvimento. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.22, n.63; p. 7-10.
- LEITE, Marcia Paula.
(2009). A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.24, n.69; p. 31-51.
- LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fabio; GOMIDE, Aalexandre.
(2011). Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.26, n.76; p. 63-76.
- MAGALHAES, João Paulo.
(2006). Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.2; p. 86-202.
- MAIO, Marcos; OLIVEIRA, Nemuel; LOPES, Tiago da Costa.
(2013). Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. *Dados*, vol.56, n.2; p. 245-284.
- MARQUES, Rosa Maria.
(2013). Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.2; p. 298-314.
- MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; MENDES, Aquilas; FERREIRA, Mariana. (2009). Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.1; p. 114-132.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Aquilas. (2006). O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.1; p. 58-74.
- MATTEI, Lauro.
(2013). Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.1; p. 41-59.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano. (2013). Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.28, n.83; p. 141-150.
- MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. (2005). A reforma da previdência em dois tempos. *Dados*, vol.48, n.2; p. 301-332.
- MOLLO, Maria de Lourdes; FONSECA, Pedro Cesar.
(2013). Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.2; p. 222-239.
- MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. (2011). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Rev. Econ. Polit.*, vol.31, n.4; p. 507-527.
- NAYYAR, Deepak.
(2011). Rethinking macroeconomic policies for development. *Rev. Econ. Polit.*, vol.31, n.3; p. 339-351.
- O'CONNOR, Ernesto.
(2012). Trade with China and strategy in South American recent economic development. *Rev. Econ. Polit.*, vol.32, n.3; p. 513-526.

PAULILO, Maria Ignez.
(2013). FAO, fome e mulheres rurais. *Dados*, vol.56, n.2; p. 285-310.

REIS, Bruno Pinheiro.
(2003). O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.18, n.52; p. 55-80.

RIBEIRO, Carlos Costa.
(2011). Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, vol.54, n.1; p. 41-87.

SANTOS, José Alcides.
(2011). Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.26, n.75 ; p. 27-55.

SANTOS, José Alcides.
(2011). Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, vol.54, n.1; p. 05-40.

SCHNEIDER, Sergio.
(2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Rev. Econ. Polit.*, vol.30, n.3; p. 511-531.

SILVA, Luis Marcos; MATTOS, Fernando.
(2009). Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o Pós-Segunda Guerra Mundial. *Rev. Econ. Polit.*, vol.29, n.3; p. 135-152.

SISCU, João; PAULA, Luis; MICHEL, Renalt.
(2007). Por que novo-desenvolvimentismo?. *Rev. Econ. Polit.*, vol.27, n.4; p. 507-524.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João.
(2012). TEN theses on new developmentalism. *Rev. Econ. Polit.* , vol.32, n.2; p. 336-338.

(2006). Política industrial e desenvolvimento. *Rev. Econ. Polit.*, vol.26, n.2; p. 163-185.

TORRES, Daniela Almeida; RESENDE, Marco.
(2013). Causação circular do crescimento das economias em desenvolvimento: uma ponte entre as abordagens evolucionária e pós-keynesiana. *Rev. Econ. Polit.*, vol.33, n.2; p. 240-259.

Outras referências

BIROLI, Flavia; MANTOVANI, Denise.
(2010). Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, vol.16, no.1; p.90-116.

BOSCHI, Renato.
(2010). Estado Desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. *Ponto de Vista*, nº 2, s.p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.
(2004). Propostas de desenvolvimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, v.24, n.4.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.
(2011). Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. In: OCAMPO, J. A; ROSS, J. (orgs.). *Handbook of Latin America Economics*. London: Oxford University Press.

CASTRO, Henrique Carlos O.; WALTER, Maria Inez; SANTANA, Cora Maria; STEPHANOU, Michelle Conceição.
(2009). Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, vol.15, n.2, p. 333-355.

DELGADO, Lucilia.
(1989). *PTB: do getulismo ao reformismo radical*. (1945-1964). São Paulo: Marco Zero.

DINIZ, Eli.
(1996). O Estado Novo: Estrutura de Poder e Relação de Classes. In: Boris Fausto; (org.), *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (III)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FONSECA, Pedro Cesar et al.
(2013). O Brasil na Era Lula: Retorno ao Desenvolvimentismo?. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 23 (2), p. 403-428, maio/ago.

FURTADO, Celso.
(1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

- FURTADO, Celso.
(1964 [1959]). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso.
(1956). *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação.
- KERBAUY, Maria Tereza.
(2011). Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*. vol.17, n.2; p. 477-492.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa.
(2000). Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, v.2, p. 113-122.
- LICIO, Elaine; RENNO, Lucio; CASTRO, Henrique.
(2009). Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, vol.15, n.1; p. 31-54.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida.
(2005). *Nova Estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- MORAES, Wallace dos Santos de.
(2009). Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-Neoliberal na América Latina – Algumas Hipóteses de Pesquisa. In: *Ponto de Vista*, n.1, Rio de Janeiro: IUPERJ.
- NUNES, Edson.
(2003). *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PETINELLI, Viviane.
(2011). As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). *Opinião Pública*, vol.17, n.1; p. 228-250.
- SEN, Amartya.
(2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André.
(2012). *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sites consultados

Dados – Revista de Ciências Sociais. Disponível em: <www.scielo.br/dados>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: <www.scielo.br/rbcsoc>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Revista de Economia Política. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/>>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Revista de Economia Política. Disponível em: <www.scielo.br/rep>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Recebido em
junho de 2015

Aprovado em
julho de 2016